

No último dia 14 de Abril, o Ministro José Graziano esteve em Mato Grosso do Sul, mais especificamente na cidade de Dourados, onde sensibilizou-se com a situação das comunidades indígenas, ao perceber as precárias condições em que os índios vivem, sendo que a grande maioria depende da intervenção dos entes públicos na luta contra a fome.

Dessa observação resultou o pacto estabelecido entre o Ministério da Segurança Alimentar e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo qual o Ministério comprometeu-se em investir R\$ 5,5 milhões, destinados à estruturação dos sistemas de cultivo de alimentos (cereais, verduras e frutas), além de programas assistenciais, de educação, saúde e cultura. Esses recursos seriam aplicados nas aldeias Bororo, Jaguapiru e Tey Kuê, todas da grande nação guarani-kaiowá, que somam cerca de 10 mil índios.

Pois bem, segundo o que consta por informações do próprio chefe da FUNAI da região, Jonas Rosa, o Ministério da Segurança Alimentar, como é de seu feitio, vem cumprindo com sua parte naquilo que foi pactuado com o Governo do Estado. Porém, o mesmo não ocorre por parte deste.

Em matéria do Jornal “O Estado de São Paulo” do dia 18 de Setembro do corrente ano, o Chefe da FUNAI declara que: “O dinheiro já está com o governo do Estado. Não sabemos por que ainda não foi liberado para as tribos”. Tampouco nós sabemos. Porém, exercendo o papel que nos foi incumbido pelo cidadão sulmatogrossense, queremos saber, exigimos respostas: o que é feito do dinheiro?

Dispomos nesta Casa, de meios institucionais para buscarmos essas informações. Já os índios precisam lançar mão de instrumentos como o protesto que fizeram em frente à Prefeitura de Dourados, reunindo mais de mil deles.

Vejam colegas: o título da matéria a que nos referimos é “Tribos de MS cobram verba do Fome Zero”; a chamada diz que “em protesto contra a demora na ajuda da União, índios fizeram uma marcha em Dourados”; e os próprios índios se dizem “cansados de esperar os recursos do programa Fome Zero do governo federal”.

Notamos claramente, que todo o desgaste político incide sobre o Governo Federal e especificamente sobre o Ministério da Segurança



Alimentar e o Programa Fome Zero, quando, ao que nos consta, essas esferas públicas já cumpriram seus compromissos, restando a falta nesse momento, tão somente por parte do Governo do Estado, que deve esclarecer definitivamente sobre o destinos desses recursos, fazendo a necessária “mea culpa”.

Será que a situação que sensibilizou o Ministro José Graziano, não tocou aos gestores estaduais? Será que eles acreditam que a assistência que prestam é suficiente e que podem redirecionar a verba? Ou será que a fome dos nossos irmãos índios é diferente e pode suportar mais alguns meses de trâmites burocráticos, enquanto se utilizam dos mais de R\$ 5 milhões para movimentações financeiras?

Usamos deste espaço para ampliarmos o volume de nossa voz já rouca pela indignação no trato da maior mazela de nosso país. No momento em que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva conclama o mundo pelos microfones da ONU a unir forças contra a Fome, esbarramos na incompetência ou má-fé exatamente aqui, a olhos vistos.

Sala das Sessões, em de setembro de 2003 .

Deputado Geraldo Resende - PPS/MS



FCA975951